



## ESCÂNDALO BPN

**gi**  
grande  
investigação  
DN

- **Nacionalização: de 'decisão acertada' a 'erro grave' em apenas três anos** (p. 5)
- **Caixa Geral tentou comprar BPN** (p. 6)
- **Entrevista a Alfredo José de Sousa, Provedor de Justiça** (p. 7)
- **Coleção valiosa de Miró escondida em armazém** (p. 8 e 9)
- **O caso que marcou Figo e lhe tirou 850 mil euros** (p. 10 e 11)
- **Entrevista a Fernando Lima, pres. da Galilei** (p. 15)

**Contestação.** O Governo 'despachou' o BPN, mas no tribunal administrativo de Lisboa está pendente uma ação de impugnação da nacionalização, decidida em novembro de 2008. O constitucionalista Jorge Miranda, no parecer a que o DN teve acesso, aponta falhas à lei que nacionalizou o banco. Não existiram outras medidas que poupassem os contribuintes e os acionistas?

# Banco vendido mas

# nacionalização impugnada

Textos de  
CARLOS RODRIGUES LIMA, RUI PEDRO ANTUNES,  
SÍLVIA FRECHES e SÓNIA SIMÕES

A venda do BPN ao BIC já foi formalizada, o banco com capitais angolanos já começou a apagar o passado e a instalar-se. O Governo suspira de alívio com o negócio. Porém, há uma pedra no sapato que pode complicar todo este processo: uma ação de impugnação da nacionalização que corre no tribunal administrativo e fiscal de Lisboa e que, muito provavelmente, só conhecerá uma decisão final no Supremo Tribunal Administrativo ou no Tribunal Constitucional. O tribunal de primeira instância já tomou uma primeira decisão, considerando que os autores da ação, o BPN SGPS e a SLN, não podiam impugnar o ato de nacionalização e, ao mesmo tempo, pedir uma indemnização. Ou seja, não se pronunciou sobre a questão de fundo, que voltará a dar entrada. Tendo em conta a lotaria das decisões judiciais, tudo está em aberto e a nacionalização poderá ser considerada nula.

Além dos argumentos exclusivamente jurídicos (que são muitos) os autores da ação, a Sociedade Lusa de Negócios (SLN) e o BPN ▶





ESCÂNDALO BPN

Em Novembro de 2008...

[Nacionalização pretende defender] interesse dos depositantes e a estabilidade do sistema financeiro. Não é de esperar impactos orçamentais significativos  
**TEIXEIRA DOS SANTOS**  
MINISTRO DAS FINANÇAS

A reação do PSD é de prudência embora de abertura a essa medida. Reservamos uma posição final após análise da justeza da medida

**PAULO RANGEL**  
LÍDER PARLAMENTAR DO PSD

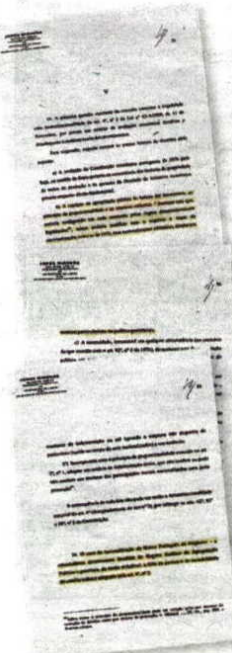
► SGPS, argumentam que a nacionalização decidida em 2008 pelo Governo de José Sócrates e aprovada, sob a forma de lei, pela Assembleia da República foi uma espécie de bomba atómica, quando o Estado ainda tinha à sua disposição outros instrumentos não tão drásticos como aquele que foi utilizado. "A medida de nacionalização afigura-se manifestamente desproporcionada e excessiva, em face das alternativas que existiam à data, mais adequadas à prossecução do fim em causa", sustentam a SLN e o BPN SGPS. E que medidas eram essas: uma intervenção provisória do Estado na gestão do banco, desde que decidida judicialmente, ou uma intervenção do Banco de Portugal ao nível da gestão através das chamadas "providências de saneamento", que podem passar por "aprovação de planos de recuperação e saneamento da instituição em causa à imposição de restrições ao exercício de determinado tipo de atividade", lê-se na petição inicial dos autores da ação administrativa. "Todas as medidas de saneamento legalmente previstas são menos onerosas do que a nacionalização e, conseqüentemente, implicam menor custo para o Estado e para as instituições de que sejam alvo", acrescentam a SLN e o BPN SGPS.

Depois surgem os argumentos jurídicos: o Parlamento esteve bem quando aprovou a lei da nacionalização do BPN e, em anexo a este diploma, incluir uma lei quadro das nacionalizações, que prevê que a "apropriação pública" se faça através de decreto-lei do Governo? Em resumo: por um lado, o Estado através da Assembleia da República nacionalizou o BPN através de uma lei (da competência do Parlamento), ao mesmo tempo que decidiu que as futuras nacionalizações serão efetuadas por decreto-lei (a competência do Governo). Uma situação já criticada, a 5 de novembro de 2008, durante o debate que aprovou a nacionalização do BPN pelo deputado social-democrata Paulo Rangel em resposta à deputada socialista Marta Rebelo: "Aquilo que o Governo deveria ter feito, para ter procedido bem, era ter trazido aqui uma proposta de lei geral das nacionalizações e, depois, fazer aprovar, em Conselho de Ministros, um decreto-lei de nacionalização do BPN. Isto é que estava certo! Era tudo ao contrário!", lê-se na ata da sessão de 5 de novembro de 2008.

Perante este quadro legislativo, os autores da ação sustentam que o ato da Assembleia da República em nacionalizar o BPN é nulo. "Em última análise, poder-se-ia até aqui invocar o vício de usurpação de poderes", acrescentam, uma vez que toda a tradição constitucional portuguesa aponta para que as nacionalizações sejam operadas através de um decreto-lei.

A apoiar algumas das posições da SLN e do BPN SGPS há um parecer de Jorge Miranda, professor de Direito Constitucional na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa. Este constitucionalista considera que a nacionalização foi uma medida exagerada, uma vez que o Estado ignorou uma série de fatores "positivos" do banco - como o número de clientes, 204 mil, os seis mil milhões de euros em depósitos e os 213 balcões abertos - preferindo "puxar" pelo aspeto negativo da falta de liquidez. "O caso da nacionalização do BPN patenteia, de forma iniludível, a falta de justeza e de razoabilidade", acrescentou ainda o professor no seu parecer.

Por sua vez, o Ministério Público, que representa o Estado, defendeu a legalidade da nacionalização do banco, uma vez que as sucessivas injeções de capital, durante o verão e outono de 2008, feitas pelo Estado e pela CGD não estavam a resolver o problema de liquidez do BPN. Contas feitas pelo Ministério Público do Tribunal Administrativo e Fiscal de Lisboa, não restava outra opção ao Governo que não a nacionalização, sob pena de se propagar na sociedade portuguesa uma crise de confiança no sector bancário. A consequência seria, no entender do Estado, o tal "efeito sistémico", isto é, outros bancos poderiam sofrer de uma corrida aos depósitos depois de uma eventual falência do BPN. O tribunal preferiu não se pronunciar sobre o objeto do processo: o BPN foi bem ou mal nacionalizado? Os economistas que respondam.



Excertos do parecer do constitucionalista Jorge Miranda

# De 'decisão acertada' a 'erro grave' em apenas três anos

**Análise.** Em 2008, quando o banco foi nacionalizado, houve um raro consenso parlamentar. Passado pouco tempo, o BPN passou a arma de arremesso político. Hoje, são poucos os especialistas que consideram a nacionalização uma boa opção

A primeira nacionalização desde o PREC, a do BPN, tornou-se tão polémica quanto as de 1975. Mas nem sempre foi assim. No início - em novembro de 2008 - a grande maioria dos especialistas e todos os partidos políticos com representação parlamentar aplaudiram a medida (especialmente, é claro, o PS, que estava no Governo, e o PCP, por questões ideológicas - as mesmas de 75). Mas três anos e meio depois, tudo mudou. Poucos são os que agora defendem que esta foi a melhor opção, embora muitos desresponsabilizem o Governo por, na altura, estar pressionado pelo início da crise financeira mundial. O Governo ignorou dois caminhos: o plano Cadilhe e a liquidação do banco.

Em 2008, o cenário da nacionalização parecia ser o melhor. Para o ministro das Finanças, Teixeira dos Santos - e por arrasto para José Sócrates -, o facto de o Estado adquirir o banco (na altura, aparentemente, a custo zero) evitava um efeito dominó que

poderia ter consequências graves para a banca e para a economia, o chamado "risco sistémico".

Na oposição, embora com as reservas habituais, ninguém ousou criticar a medida. Até Pedro Passos Coelho, na altura já colado à imagem de "liberal" e candidato derrotado à presidência do PSD, disse que a nacionalização "talvez se justificasse". Tal como na política, a banca aplaudiu. O então presidente da Associação Portuguesa de Bancos, João Salgueiro, disse ser a "decisão mais acertada". No início de 2009, o PSD começou a mudar de opinião. Quatro meses depois, já o líder parlamentar "laranja", Paulo Rangel, considerava o ato um "erro histórico". Alinhava pela primeira vez com Miguel Cadilhe, que avisou desde o início que não era a melhor opção o Estado ficar com o banco.

Mas as opiniões foram mudando. Assim que se anunciou os primeiros gastos para os contribuintes, a nacionalização passa a ser uma das

*"O problema é que o Banco de Portugal enquanto supervisor se está a tornar falível. Passam anos em que nada faz (...). Só chega ao fogo quando a casa já ardeu"*

**PAULO PORTAS**  
PRESIDENTE DO CDS-PP

*"A nossa primeira reação é positiva. O Estado pode deter posições em áreas estratégicas (...) visando o apoio à produção nacional"*

**JERÓNIMO DE SOUSA**  
SECRETÁRIO-GERAL DO PCP

*[Somos a favor] desde que sejam os acionistas a pagar o prejuízo. Queremos é garantir que nem um tostão dos impostos serve para pagar os prejuízos.*

**FRANCISCO LOUÇÃ**  
LÍDER DO BLOCO DE ESQUERDA



Miguel Cadilhe demitiu-se com nacionalização

## Nem Estado, nem liquidação: o plano Cadilhe

Havia uma alternativa à nacionalização: o "Plano BPN 23x08", de Miguel Cadilhe, presidente do BPN quando da nacionalização. De acordo com a administração Cadilhe, o plano resolvia as questões fundamentais em aberto: liquidez, solvabilidade e viabilidade do BPN. No livro *BPN - Estado a mais, Supervisão a menos*, João Carvalho das Neves e Meira Fernandes (ex-administradores no tempo de Cadilhe) explicam os passos do plano.

Para aumentar a solvabilidade, Cadilhe esperava levar a cabo uma operação de recapitalização do BPN que integrasse como investidores o Grupo SLN, o tesouro português, acionistas estratégicos e, se possível, uma operação de empréstimos subordinados. O plano implicaria um investimento do Estado de 600 milhões de euros em ações preferenciais, remuneradas e reembolsáveis desde que a proposta fosse bem-sucedida. O Estado e os privados ficariam com um ativo de 600 milhões de ações preferenciais, mais 600 a 700 milhões ordinárias, respetivamente.

O "Plano BPN 23x08" pretendia melhorar o problema de liquidez do banco, através do aumento do tal capital social e de financiamento junto de seis bancos. Enquanto esse financiamento não fosse obtido, os responsáveis queriam contar com o mecanismo de apoio "Assistência de liquidez de emergência" do Banco de Portugal e com o "financiamento por OIC - Outras Instituições de Crédito (efetuando 200 milhões de euros com CGD), igualmente contragarantidos por ativos do BPN escolhidos pela CGD". Paralelamente, para melhorar a tesouraria do banco estava em curso a venda dos chamados "ativos extravagantes", como a coleção Miró (avaliada em 80 milhões).

Já do ponto de vista da viabilidade havia três grandes objetivos: melhorar os rácios prudenciais exigíveis pelas autoridades de supervisão; alcançar rentabilidade positiva na atividade comercial do banco; e assegurar capacidade financeira para pagamento dos dividendos prioritários ao Estado. O antigo governador do Banco de Portugal, Tavares Moreira, considera que esta teria sido a melhor opção.

armas de arremesso da oposição. Mas isso, já se sabe, faz parte da batalha política.

O que dizem afinal os especialistas? A decisão foi acertada? Tavares Moreira, governador do Banco de Portugal entre 1986 e 1992, considera que a nacionalização "foi um erro total, um autêntico desastre", embora ressalve que "a esta distância é mais fácil falar". No entender do antigo responsável do banco central, "a melhor solução teria sido a proposta de Miguel Cadilhe (*ver coluna à direita*), pois os acionistas assumiam a responsabilidade e o Estado entrava com 600 milhões de euros a título reembolsável e remunerado". Além disso, defende, "era uma equipa competente e, mesmo que o Estado perdesse dinheiro, não perderia tanto como até agora".

O economista João César das Neves considera que, "na altura, com um alto grau de nervosismo, era razoável dizer, como disse o Ministro das Finanças de então, que qualquer falência teria efeitos sistémicos". Porém, "isso não implicaria necessariamente a nacionalização, como aliás não implicou no BPP. A solução teria sido um apoio temporário, que adiasse a questão para período mais sereno". O que aconteceu, explica o professor universitário, foi que "ao nacionalizar, o Estado resolveu o problema financeiro, meteu dentro

do orçamento o enorme buraco do banco, e eliminou muitas questões que se levantariam se a questão tivesse seguido o seu curso".

O economista considera ainda que "dado o enorme custo fiscal, é compreensível a suposição de que a decisão de nacionalizar se deveu mais a pressões secretas e influências políticas do que à defesa do interesse nacional". Ou seja: "Teria sido mais transparente, muito mais barato para os contribuintes e sobretudo muito mais justo, deixar cair o banco, mesmo que tal fosse controlado."

Já o economista Eugénio Rosa, afeto à CGTP, aponta uma alternativa à nacionalização que, garante, "teria sido muito mais barata para os contribuintes": "Deixar falir o BPN e reembolsar os pequenos depositantes utilizando o Fundo de Garantia de Depósitos." Também o especialista em banca Paulo Soares Pinho garante que a nacionalização, relativamente à qual sempre foi contra, "foi uma solução atípica no contexto europeu."

Em sentido inverso está o presidente do Instituto Superior de Gestão, João Duque, que garante que na altura defendeu a nacionalização e continua a defender. "Pressenti que o risco sistémico era real e poderia mesmo acontecer. A nacionalização era um mal menor. Aí estou com Teixeira dos Santos!"

"Pressenti que o risco sistémico era real e poderia mesmo acontecer", afirma o presidente do ISEG, João Duque

"Teria sido mais transparente e barato para os contribuintes deixar cair o banco", diz João César das Neves

BRUNO CASTANHEIRA/GLOBALPHOTOS



ID: 41547310

01-05-2012

ESCÂNDALO  
BPN



**Venda exigia maioria qualificada**

Miguel Cadilhe, em entrevista ao DN publicada anteontem, confirmou os contactos com a CGD, e explicou: "A iniciativa veio da Caixa, por instruções governamentais. Na verdade, não passava de uma nacionalização encapotada, indireta, a preço zero. Aconteceu em outubro. Não gostei do papel a que Faria de Oliveira se prestou e disse-lho. Nós estávamos empenhados no nosso plano... De resto, a venda à Caixa exigia uma maioria qualificada de acionistas da SLN em assembleia geral, um requisito quase impossível"

# Caixa Geral de Depósitos tentou comprar BPN

**Negócio.** Nove dias antes de o Governo ter avançado para a proposta de lei da nacionalização, o presidente da CGD, Faria de Oliveira, escreveu uma carta a Miguel Cadilhe, dando-lhe conta da "disposição" daquela instituição bancária em "adquirir o BPN pelo justo valor". Um "número muito restrito de acionistas" aceitou negociar

"Lisboa, 23 de Outubro de 2008; Assunto: Aquisição do Banco BPN; Senhor Presidente, caro dr. Miguel Cadilhe". É este o cabeçalho de uma carta do presidente da Caixa Geral de Depósitos, Faria de Oliveira, para o presidente do BPN, Miguel Cadilhe, dando conta da disponibilidade do banco do Estado para comprar o BPN. O documento, assim como a resposta de Miguel Cadilhe, consta do processo administrativo de impugnação da nacionalização do BPN (*ver texto ao lado*).

"Nestas condições, venho reiterar a nossa conversa telefónica de ontem, no sentido de que a CGD, como forma de contribuir para uma solução definitiva para as dificuldades que esse banco [BPN], manifestamente, enfrenta, propõe-se adquirir o BPN pelo justo valor, a determinar em termos a estabelecer pelas partes", escreveu Faria de Oliveira, dando, assim, o primeiro passo para uma negociação. O presidente da Caixa pediu ainda a Miguel Cadilhe que "com a natural reserva, levasse à consideração do conselho de administração e às demais pessoas ou entidades interessadas a presente disposição da CGD", soli-

citando uma resposta até ao dia 27 de outubro. Miguel Cadilhe só respondeu a 30 de outubro, porque entretanto aguardava por um resposta do então ministro das Finanças Teixeira dos Santos sobre o plano de viabilização do BPN por si apresentado, o "BPN 23X08". Mas, ainda sem a resposta do Governo, Cadilhe respondeu a 30 de outubro, dando conta a Faria de Oliveira das diligências que fez. Relatando que ainda continuava à espera da resposta do Governo ao plano por si apresentado, Miguel Cadilhe, porém, adiantou ter ouvido "a título confidencial um número muito restrito de acionistas da SLN SGPS, representativo, porém, de uma elevada participação do capital".

Os tais acionistas, ainda de acordo com a carta de Miguel Cadilhe, não afastaram por completo o início das negociações. Pelo contrário, através de Cadilhe, apresentaram uma "pré-contraproposta", a qual passava pela venda de todo o grupo SLN. "Preço de referência: operação cabaz, 1,16 euros por ação." Os acionistas pediram ainda para Cadilhe transmitir à Caixa que uma "eventual venda do BPN" carecia de uma prévia aprovação pela Assembleia Geral da SLN SGPS por 75% dos votos. Ou seja, a venda não estava completamente excluída. Miguel Cadilhe referiu que o conselho de ad-

ministração do BPN "ainda" não tinha uma posição assumida. Certo é que no dia 2 de novembro o Governo avançou, em Conselho de Ministros, com uma proposta de lei para a nacionalização do BPN (que viria a ser discutida e votada na Assembleia da República). E esta proposta nasceu com base num parecer do Banco de Portugal, de 30 de outubro de 2008, o que recomendava a nacionalização. Só que há um dado que não bate certo entre a correspondência trocada e a análise do Banco de Portugal. No parecer que entregou ao então ministro das Finanças, o Banco de Portugal foi categórico ao afirmar que "o conselho de administração [do BPN] não deu sequência à oferta da Caixa Geral de Depósitos com vista a iniciar negociações para a compra do banco BPN. Verificou-se, assim, que não foi possível encontrar em tempo útil uma solução de integração noutro grupo bancário através da compra ou fusão".

Exmo. Senhor Presidente do Conselho de Administração do BPN - Banco Português de Negócios SA  
Av. António Augusto de Aguiar, 132  
1050-020 LISBOA  
Lisboa, 23 de Outubro de 2008

Assunto: Aquisição do Banco BPN

Senhor Presidente, caro dr. Miguel Cadilhe

Como se sabe, de conformidade com o pedido que recebi, formulado pela carta do Conselho de Administração desse Banco, datada de 8 de setembro, foi celebrado, no dia seguinte, ou seja, em 09/10/08, entre esta Instituição e o BPN, um Contrato de Empréstimo sob a forma de Abertura de Crédito Simples, no valor de 200 milhões de Euros, pelo prazo de 15 (quinze) dias, com a finalidade de dotar o BPN de liquidez.

Entretanto, o BPN veio, por um lado solicitar que o mencionado prazo do Empréstimo fosse prorrogado por iguais e sucessivos prazos e, por outro, veio propor a esta Caixa Geral de Depósitos e a outras instituições de crédito, que fosse aumentado para 360 milhões de Euros o valor do empréstimo destinado a liquidez.

Nestas condições, venho reiterar a nossa conversa telefónica de ontem, no sentido de que a Caixa Geral de Depósitos, como forma de contribuir para uma solução definitiva para as dificuldades que esse Banco manifestamente enfrenta, propõe-se adquirir o BPN, pelo justo valor, a determinar em termos a estabelecer entre as partes.

Gostaria de lhe pedir que, com a natural reserva, levasse à consideração do Conselho de Administração desse Banco e às demais pessoas ou entidades interessadas, a presente disposição da Caixa Geral de Depósitos e pedia-lhe o favor de uma resposta até ao próximo dia 27, inclusive.

Os meus melhores cumprimentos, de uma elevada estima e atenção.

Faria de Oliveira  
Fernando Faria de Oliveira

Parecer do BdP determinou o fim de eventual negócio entre CGD e BPN

Exmos. Senhores  
Eng.º Fernando Faria de Oliveira,  
M.I. Presidente da Caixa Geral de Depósitos  
Lisboa, 30 de Outubro de 2008

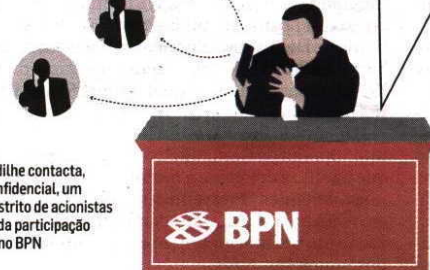
A carta de V.Exa. de 23 de Outubro de 2008, ref.º 505/08-SGE, marcou a nossa melhor atenção.

- Como V.Exa. sabe, aguarda este Conselho de Administração deliberação do Senhor Ministro das Finanças sobre uma nossa proposta de ordem estrutural, em documento intitulado "Fusão BPN 23X08". Por conseguinte, não tem este Conselho de Administração, como igualmente V.Exa. sabe, posição a transmitir a respeito da proposta da Caixa Geral de Depósitos que consta da carta supracitada. Não a tem, por agora, e enquanto não tivermos resposta do Senhor Ministro das Finanças.
- Entretanto, ouvi, a título confidencial, um número muito restrito de acionistas da SLN SGPS, representativo, porém, de uma elevada participação do capital. Estes acionistas pediram-me para comunicar a V.Exa. uma "pré-contraproposta", o que já fiz em reunião que ambos tivemos na passada segunda-feira, e agora deixo aqui registada:
  - "Vender todo o grupo SLN (tanto o organismo que poderá não estar completo) total das ações da SLN SGPS 706.387.500"
  - "Preço de referência: operação "cabaz", 1,16€ por ação."

H. António Augusto de Aguiar, 132  
1050-020 Lisboa



**23 de outubro de 2008**  
Fernando Faria de Oliveira faz uma proposta a Miguel Cadilhe de compra ao BPN



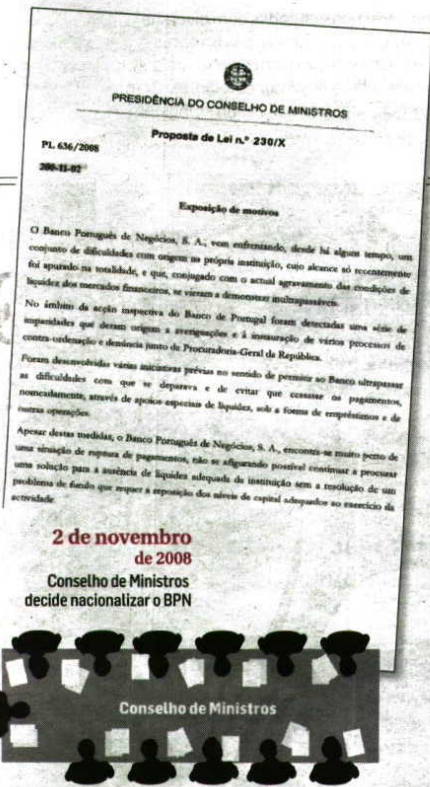
Miguel Cadilhe contacta, a título confidencial, um número restrito de acionistas com elevada participação de capital no BPN

**30 de outubro de 2008**  
Cadilhe apresenta uma pré-contraproposta de 1,16 euros por ação, num total das 706.387.500 ações

GRANDE INVESTIGAÇÃO

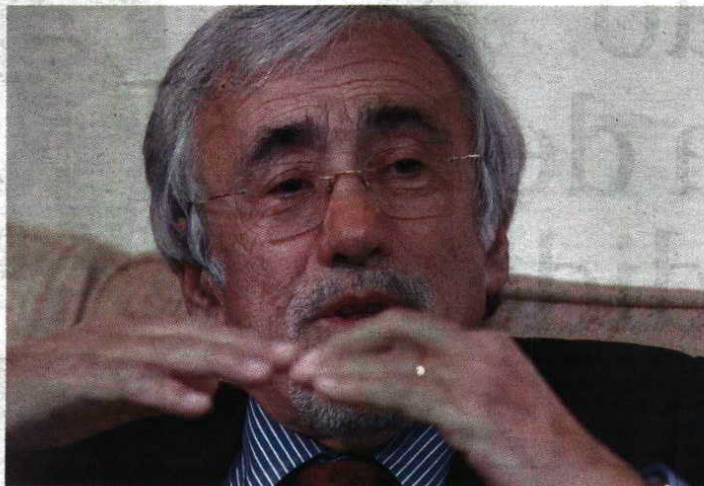
A 11 de janeiro de 2011, Teixeira dos Santos disse no Parlamento que liquidação podia custar 20 mil milhões de euros

O ex-ministro das Finanças deu então conta de que o financiamento da CGD estava nos 4,7 mil milhões de euros



ENTREVISTA: ALFREDO JOSÉ DE SOUSA

Provedor de Justiça



JORGE AMARAL/GLOBAL IMAGENS

**Justiça** O Provedor tentou que os pequenos subscritores do BPN fossem incluídos no processo de reprivatização e alertou novamente este ministro das Finanças para a sua posição, entregue em 2010. Sem êxito

“Há queixas de lesados que subscreveram aplicações a pensar que eram depósitos”

Ministro decidiu com medo dos 20 mil milhões

José Sócrates esteve à beira de um ataque de nervos até ter decidido o que fazer com o BPN. A falência do banco e os efeitos que esta poderia ter na economia e na banca nacional preocupavam o então primeiro-ministro, que passou os últimos dias de outubro de 2008 em conversações com o seu ministro das Finanças, Teixeira dos Santos, sobre o futuro do banco.

Sócrates formou, por essa altura, uma *troika* composta por si, Teixeira dos Santos e o governador do Banco de Portugal, Vítor Constâncio. Durante esta fase de decisão, o primeiro-ministro não terá comunicado aos restantes membros de Governo o que se passava, excetuando ao seu *inner circle*, que incluía o ministro da Presidência, Pedro Silva Pereira. Por essa altura, apurou o DN, Sócrates terá também procurado conselhos junto de várias figuras da banca, tendo em conta posições como a do presidente do Banco Espírito Santo, Ricardo Salgado, apoloquista da nacionalização.

Porém, Sócrates afastar-se-ia do processo a partir do dia 2 de novembro, data em que foi decidida a nacionalização do BPN. A partir daí, todas as decisões foram delegadas em Teixeira dos Santos.

O então ministro das Finanças não encontrou na altura grande oposição à integração do banco no Estado. Os principais partidos aceitaram a decisão. Teixeira dos Santos temia a existência do efeito sistémico na banca, que acreditava poder custar cerca de 20 mil milhões de euros, como o próprio chegou a afirmar. As escolhas e as ações do ministro ficaram condicionadas ao risco sistémico. Foi esse o argumento que utilizou quando, a dia 2 de novembro, anunciou aos portugueses que o Estado ia ter mais um banco. O DN tentou ouvir Teixeira dos Santos, que não prestou declarações.

**Além da queixa da Associação de Investidores (ATM), recebeu alguma outra relativamente a todo o dossier BPN?**

Entre 2009 e 2011 foram recebidas algumas queixas (menos de uma dezena) de cidadãos que se consideravam lesados por haverem subscrito aplicações financeiras sujeitas às flutuações do mercado na convicção de que estariam a constituir depósitos a prazo, em que o capital entregue estaria seguro. Porém, o pagamento de eventuais indemnizações sempre dependeria da prova de matéria de facto – desde logo a prova de que, como em alguns casos era alegado mas não provado, a opção em causa não fora tomada de forma consciente e informada, antes tendo resultado de processos de coação, de burla e/ou de abuso de confiança. Ora, não dispondo o Provedor de Justiça de competência para proceder à fixação de matéria de facto controvertida, acabariam os queixosos por ser remetidos para a via que, por excelência, dispõe de tais competências: a via judicial. Não houve, pois, lugar a diligências de instrução nesses processos por parte do Provedor de Justiça

**Desde 2008, a Provedoria recebeu mais alguma queixa relativamente a qualquer outra entidade bancária?**

O Provedor de Justiça recebe queixas sobre a atividade bancária, relativamente a direitos dos cidadãos eventualmente lesados. As queixas dessa natureza que deram

origem à abertura de processo foram 86 em 2008, 166 em 2009 e 105 no ano de 2010. Os dados de 2011, embora ainda não publicados, têm expressão idêntica à dos dados de 2010. A abertura de processo nestes casos acontece apenas depois de o queixoso se dirigir ao Banco de Portugal expondo o assunto e que este não preste resposta em tempo razoável ou, prestando-a, sempre que o queixoso discorda dela. **Considerou estar a ser “ignorado” pelos ex e atual ministros das Finanças depois de ter feito uma recomendação relativamente aos pequenos subscritores do BPN. Já foi entretanto ouvido?**

Em dezembro de 2011 dirigi-me à senhora Presidente da Assembleia da República a fim de reportar nova omissão de resposta, desta vez do atual ministro das Finanças,

ao qual remetera, em 31 de agosto de 2011, ofício elaborado logo que foi divulgada a nova operação de reprivatização do BPN, desta vez com possibilidade de recurso à venda direta. Uma vez que apenas a modalidade de reprivatização foi alterada, tendo sido mantido todo o enquadramento legal da anterior operação de reprivatização, não pude deixar de alertar o ministro das Finanças para o teor da recomendação que remetera ao seu antecessor, tendo solicitado que me comunicasse a sua posição sobre a mesma, o que não aconteceu. Após ter dado conhecimento ao Parlamento da omissão de resposta, e ainda no mesmo mês de dezembro, o Ministro das Finanças supriu a omissão de resposta e fez-me chegar a sua posição.

**Pondera recorrer para o Constitucional? Não. Lamento não ter logrado convencer o(s) destinatário(s) da minha recomendação. Continuo convicto de ser a única possível face à letra e ao espírito da Lei que, a meu ver, apontam no sentido de a reserva de capital a favor dos pequenos subscritores ser obrigatória e não facultativa. Porém, a minha intervenção teve objetivos essencialmente práticos: ao tempo era possível inverter o caminho que se iniciara e, ainda que com um pequeno passo atrás no processo de reprivatização, refazê-lo e retomá-lo com pleno respeito pelos direitos dos pequenos subscritores. À data em que me dirigi ao novo ministro das Finanças também era, ainda, possível. Reconheço que um recurso ao Tribunal Constitucional poderia introduzir um fator de incerteza e instabilidade nas operações em curso, pelo que considero adequado dar o assunto por encerrado.**

**O facto de ter sido “ignorado” não põe em causa o papel do Provedor de Justiça, previsto na Constituição?**

O incidente em causa está ultrapassado e foi apenas isso: um incidente que quero acreditar ter tido natureza pontual e excepcional. O Provedor de Justiça é uma instituição criada em 1975, com uma importância já bem firmada pela atuação dos seus titulares e respetivos resultados na defesa e promoção dos direitos e liberdades dos cidadãos. Estou convicto de que continuará a ser-lhe reconhecido o respeito e a importância de que é merecedor. A sua atuação é essencialmente persuasória, as suas tomadas de posição devem ser alicerçadas em sólidos argumentos jurídicos.

Queixa dos pequenos subscritores

► A queixa à Provedoria da Justiça partiu de uma associação que representa os pequenos investidores do BPN (a ATM) baseada na lei das privatizações – que previa uma reserva de capital nos processos de vendas “por pequenos subscritores”. A provedoria enviou então, a fevereiro de 2010, um ofício ao então ministro das finanças a pedir uma audição. Em julho, o gabinete do ministro responde com uma interpretação di-

vergente da lei. Em agosto, o provedor responde com uma recomendação com a sua interpretação da lei, dando razão à ATM. Silêncio. Um ano depois, o Governo atual estabeleceu nova estratégia de venda direta do BPN. O provedor voltou a alertar o ministro das Finanças, Vítor Gaspar, para a sua recomendação. Mas só obteve resposta depois de alertar o Parlamento para a falta de resposta. Ainda assim, os subscritores perderam.

ESCÂNDALO  
 BPN


 grande  
 investigação  
 DN

**Parvalorem  
 é a dona das  
 obras de arte**

Obras de pequena e média dimensão e telas pintadas com diversas técnicas – óleo, guache e pastel – mostram a riqueza das 85 obras de Joan Miró que pertencem à Parvalorem e foram avaliadas pela Sotheby's e pela Christie's. Além das obras do pintor catalão, existem mais 30 obras de outros pintores que, segundo o DN apurou, incluem portugueses como Júlio Pomar ou Vieira da Silva.

# Coleção valiosa de Miró escondida em armazém

**Património.** Culturgest tem 85 obras do pintor espanhol, que pertencem a 'offshores', à espera de que o Estado as venda para abater dívida da Galilei. Em 2011, BPN recebeu uma proposta de empresa espanhola que indicou como seu representante o advogado português Cunha Correia, que, curiosamente, trabalha para a Galilei

Uma das maiores coleções privadas de quadros do espanhol Joan Miró, avaliada entre 80 a 100 milhões de euros, está guardada há mais de três anos nas instalações da Culturgest à espera de que um novo colecionador a leve. As 85 obras, que Miguel Cadilhe chamou de "ativos extravagantes", por fugirem ao *core business* do Banco Português de Negócios, já estiveram para ser vendidas ou leiloadas algumas vezes. Mas nenhuma tentativa se concretizou – a mais recente decorreu em julho de 2011. Desta forma os quadros deste pintor surrealista continuam à guarda do Estado, que, segundo garantiu ao DN um responsável do BPN, não foram incluídos no negócio da venda ao BIC.

A grande maioria dos quadros são propriedade jurídica de três *offshores* da Galilei, que em junho do ano passado, segundo documento a que o DN teve acesso, assinou um mandato de venda a favor da sociedade-veículo do Estado Parvalorem para execução de parte da dívida (total de 300 milhões) da antiga SLN ao BPN.

O DN sabe que em fevereiro de 2011 foi apresentada uma proposta de compra de 55 milhões de euros por uma empresa espanhola, a Inversiones Intermundial. Esta foi a melhor oferta que o BPN/Galilei recebeu por este património artístico.

Foram realizados vários contactos entre as duas partes, feita a marcação de peritagem aos quadros e chegaram mesmo a ser nomeados os representantes da empresa para intermediarem o negócio. E entre eles figurava o advogado português António

Cunha Correia. Curiosamente, este advogado pertence ao gabinete jurídico da Galilei, proprietária jurídica da grande maioria (68) das obras. Ou seja, Cunha Correia iria representar o comprador junto do vendedor para o qual trabalha. É que nesta altura a Galilei ainda não tinha passado o mandato de venda a favor da Parvalorem, o que só viria a acontecer em finais de junho. O negócio com os espanhóis acabou por não avançar.

Posteriormente, o BPN contactou as reputadas leiloeiras Christie's e Sotheby's, que se mostraram de imediato interessadas na organização do leilão da coleção. Desde então foram feitas, pelo menos, quatro avaliações por estas leiloeiras, que em 2007 já tinham sido abordadas para o mesmo efeito.

Em junho do ano passado, a britânica Christie's, que propunha um leilão em Nova Iorque a 11 de novembro, garantia a colocação das 85 obras pelo valor entre os 28,038 milhões de euros (a estimativa mais baixa) e os 38,806 milhões (a mais elevada). Já a Sotheby's garantia que venderia os quadros no mínimo por 23,929 milhões e no máximo por 40 milhões.

*Mulher e Pássaro*, pintura a óleo de 1968, foi o quadro mais bem cotado, com uma estimativa de venda de 6,8 milhões (Sotheby's) e 4,9 milhões (Christie's). *La Fornarina*, de 1929, e *O Canto dos Pássaros no Outono*, quadro de 1937, figuravam também entre os mais valiosos (dois milhões de euros).

Apesar da frequência das conversações e de terem sido definidas as condições do negócio, nada avançou até hoje e já passaram quase dez meses desde a troca de e-mails. O DN contactou as leiloeiras em causa e a Christie's revelou que continuava à espera de uma decisão à proposta apresentada e que o interesse se mantinha.

Os quadros de Miró tornaram-se propriedade do BPN depois de uma empresa espanhola – que deu as obras como garantia – não ter conseguido cumprir com o pagamento de um crédito. Segundo explicou José Oliveira e Costa, na contestação ao processo cível que decorre contra si, houve uma tentativa de venda destas obras ao Museu Rainha Sofia, em Madrid. Este negócio de Oliveira e Costa foi um

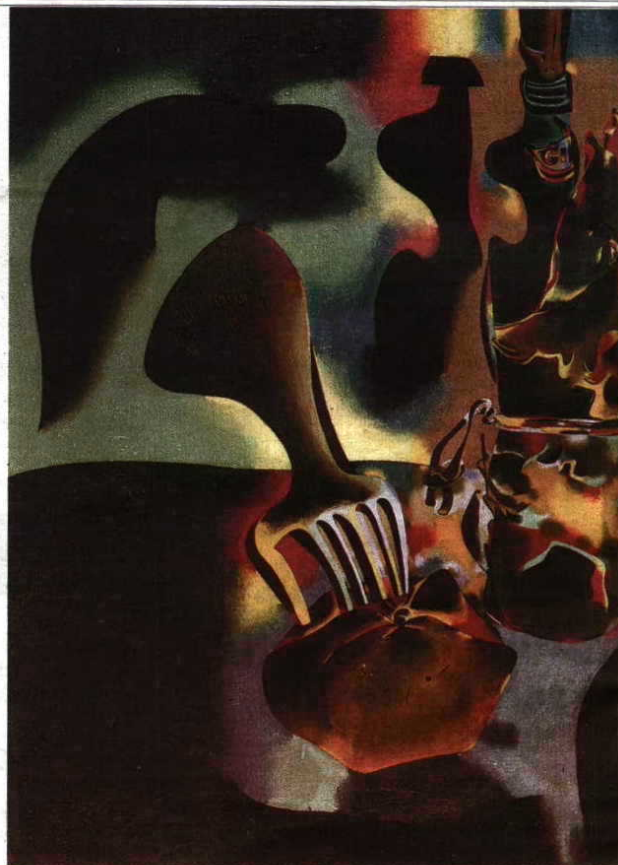
dos que chegaram aos tribunais denunciados após 2008 pela administração do BPN, que acusa o ex-presidente do banco de ter causado um prejuízo de 2,5 milhões de euros.

**Miró em 'offshores' e faturas em duplicado**

O valor da aquisição de um lote de 41 quadros por parte da *offshore* Zevin, da antiga SLN, não é claro para a administração do BPN que fez o levantamento do património do grupo após a saída de Oliveira e Costa. É que foram encontradas duas faturas da compra com valor distinto, uma de 17 milhões e outra de 32,5 milhões, que foram passadas em períodos e por empresas diferentes, segundo consta na ata da reunião do Conselho de Administração do BPN realizada a 10 de fevereiro de 2011, à qual o DN teve acesso.

O valor mais baixo (17 milhões de euros) data de 19 de fevereiro de 2002 e foi passada pela empresa suíça Negotrade. A outra tem praticamente o dobro do valor (32,5 milhões) e chegou dos Estados Unidos com o carimbo da Negotrading. Uma situação que "baralhou" as contas da administração do BPN quando negociou com a Galilei a dação em cumprimento dos quadros para a extinção da dívida, visto que não sabia qual seria o verdadeiro valor da aquisição das obras. O DN desconhece qual foi a fatura levada em consideração.

Os restantes quadros da coleção do pintor espanhol têm como proprietário jurídico mais duas *offshore*, a Karoma (23) e a Talcoot (4). O BPN, SA é o proprietário das



# 100

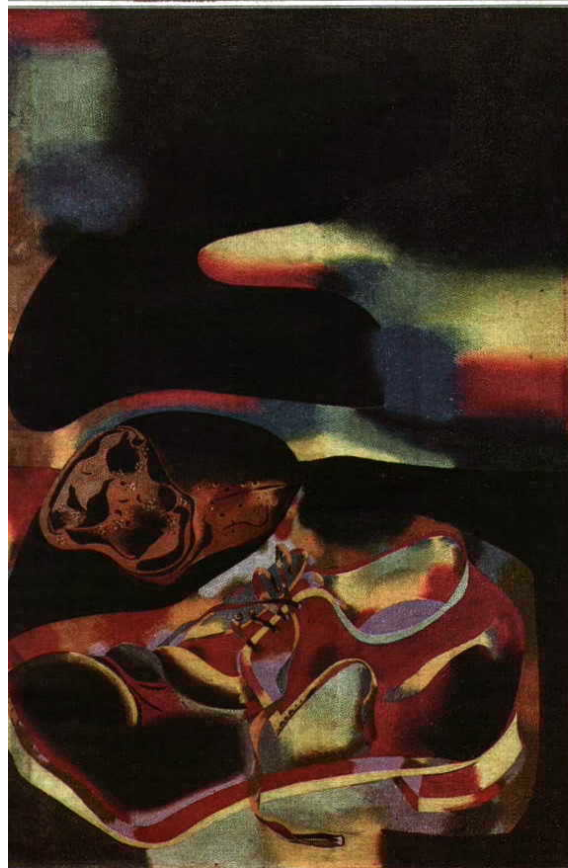
**milhões de euros** Em junho de 2007, a Christie's avaliou em 81,2 milhões de euros a coleção. Estimativas de 2008 variam entre os 80 e os cem milhões

GRANDE INVESTIGAÇÃO

**BPN cedeu créditos das 'offshores' Karoma, Talcott, Zevin, Easyquick e Merfield**

**Espanhola Inversiones Intermundial quis comprar coleção de Miró por 55 milhões**

**Estimativa do valor da venda da Sotheby's previa encaixes superiores aos da Christie's**



'Natureza Morta com Velho Sapato' (1937), 'Cão Ladrando à Lua' (1926) e "Maio 1968" (1968-1973) são três obras de Joan Miró que a Fundación Miró exibiu em Barcelona até 18 de março, na exposição 'La Escalera de la Evasión'

# Poeta vende arte falsa da Pré-História por 5,3 milhões

O BPN foi burlado em 5,3 milhões de euros por uma coleção de arte pré-histórica que foi considerada sem qualquer valor arqueológico. Por este caso foi constituído arguido Joaquim Pessoa, o poeta autor de *Amélia dos Olhos Doces*, que está indiciado pelo crime de burla qualificada

Em causa está a venda ao banco de uma coleção de arte cujas peças, na sua maioria, ou são falsas ou são réplicas de peças originais com valor arqueológico nulo. Um caso revelado pelo DN, tendo Joaquim Pessoa assegurada na altura que a coleção era autêntica e foi vendida acompanhada de peritagens a atestar o seu valor.

A coleção é constituída por peças da Idade do Bronze, do Neolítico e Calcolítico português, resultado das trocas comerciais no Mediterrâneo – fenícios, gregos, cartagineses, romanos, hunos, num total de 176. Segundo Pessoa, as peças, que colecionou ao longo de 30 anos, eram provenientes de diversos achados arqueológicos em território português.

Oliveira e Costa teve conhecimento da coleção em 2003 e numa primeira abordagem o valor apalavrado para o negócio foi de cerca de oito milhões de euros. Mas depois acabaria concretizado por 5,3 milhões em 2005. Porém, numa estratégia de engenharia financeira, foram assinados dois contratos: um para aquisição da coleção e outro relativo a um empréstimo ao poeta, de dois milhões de euros, que serviria como uma espécie de adiantamento. Segundo o contrato, nos primeiros dois anos o BPN poderia realizar peritagens para se certificar da autenticidade das peças, mas o banco deixou passar o prazo sem as fazer.

restantes 17. Estas sociedades foram apenas constituídas para receber as obras e não tiveram qualquer outro património ou atividade.

Numa reunião do Conselho de Administração do BPN, a 25 de maio de 2009, ficou deliberado dar um prazo de 15 dias à SLN/Galilei para pagar "todos os valores em dívida" e, se tal não acontecesse, o passo seguinte seria a "dação em cumprimento dos quadros que são propriedade de cada uma das sociedades devedoras, extinguindo-se os respetivos créditos do banco". Como a dívida não foi paga (o crédito da Karoma era de 11,5 milhões de euros, o da Talcott de 10,7 e da Zevin de 8,5), a dação em cumprimento foi concretizada e os créditos extintos.

**Júlio Pomar e Vieira da Silva na Parvalorem** Oliveira e Costa não era só admirador de Joan Miró. O património artístico do BPN inclui obras dos pintores portugueses Júlio Pomar e Vieira da Silva que também foram adquiridas por sociedades *offshore* (a Easy Quicke e a Merfield).

A situação destes quadros é em tudo semelhante ao que se passa com os quadros de Miró: são pertença do Estado, da Parvalorem, uma vez que as referidas sociedades tinham créditos no valor total de 14, 2 milhões de euros. Dois antigos diretores, Mário Sousa e José Viamonte, foram alvo de processos disciplinares devido ao negócio. Porém, em tribunal, o banco responsabilizou Oliveira e Costa. Esta contradição pode arrasar os processos disciplinares.

## Empréstimos internacionais reconhecem valor

Entre óleos, desenhos, colagens, aguarelas, guaches e temporas, são 85 as obras de Joan Miró (1893-1993) na coleção de arte que transitou do BPN para o Estado. Além da quantidade de obras, a coleção tem a particularidade de dar uma visão global do percurso de Miró. Desde uma *Dançarina*, de 1924, até uma *Mulher*, de 1981, as diferentes etapas criativas do pintor catalão estão documentadas neste conjunto. Apesar de nunca terem sido expostas em Portugal, as obras têm um valor reconhecido a nível internacional. É o caso, por exemplo, de *La Fornarina (em baixo à dir.)*, quadro de 1929, feito a partir de um óleo com o mesmo nome do italiano Rafael (1483-1520), que entre novembro de 2008 e janeiro de 2009 esteve exposto no MoMA, de Nova Iorque.



### PROPOSTAS

**CHRISTIE'S**  
 ► **Novembro de 2011** Era a data sugerida pela Christie's para o leilão da coleção de Joan Miró. Nova Iorque foi a cidade indicada pela leiloeira, garantindo a colocação de todas as obras. A estimativa mais baixa apontava para os 28 milhões de euros e a mais elevada para os 38,8. Além da exposição da coleção nas salas da Christie's no Rockefeller Center, a leiloeira propunha ainda uma apresentação internacional por Hong Kong, Paris e Londres.

**SOTHEBY'S**  
 ► **Dezembro de 2011** O último mês do ano foi a data indicada pela Sotheby's para o leilão da coleção. A Galeria Charpentier, sede da leiloeira em Paris, seria o palco para a operação e local de exposição da coleção para apresentação a investidores. Pela estimativa mais baixa da leiloeira, o leilão deveria render 30 milhões de euros, admitindo a hipótese de chegar aos 40 milhões de euros.

**INVERSIONES INTERMUNDIAL**  
 ► **Fevereiro de 2011** A empresa espanhola Inversiones Mundial, com sede em Vigo, apresentou uma proposta à administração do BPN para a compra das 85 obras por 55 milhões de euros, a pronto pagamento contra a entrega e no ato da venda.





ESCÂNDALO  
BPN

gi  
grande  
investigação  
DN

Luís Figo foi a imagem do BPN entre 2000 e o final de 2008 (data da sua nacionalização). Tinha contrato até 2009

O antigo futebolista recebeu quase um milhão de euros de cedência dos direitos de imagem, grande parte paga por 'offshores'

# O caso que marcou Figo e lhe tirou 850 mil euros

**Futebol.** É um enredo complicado: envolve anúncios publicitários, contratos por cumprir e pagamentos de e para contas 'offshore' (cóm fugas ao fisco implicadas). E as personagens são algumas das principais figuras do futebol português dos últimos anos, de Gilberto Madaíl a Luiz Felipe Scolari... com Luís Figo à cabeça



A campanha, antes do Euro 2004

Luís Figo foi um dos mais prestigiados futebolistas portugueses de sempre. E sempre gostou da palavra prestígio. Em 2000, quando aceitou ser a cara do BPN, desejou que ambas as partes alcançassem "o devido prestígio". E, anos depois (no caos diretivo após o Mundial 2002), chegou a dizer que se era "para perder prestígio" preferia não jogar pela seleção nacional. Porém, nada terá sido tão desprestigante para o ex-jogador como o caso BPN: por causa do banco de Oliveira e Costa foi acusado de receber pagamentos de sociedades *offshore* (para não os declarar ao fisco)... e perdeu 850 mil euros.

A polémica surgiu quando o ex-jogador foi acusado, no ano passado, de ter sido pago pelas suas participações publicitárias, por uma *offshore* do Banco Português de Negócios (BPN). Mas a sua ligação ao BPN vem muito de trás, dos tempos em

que Figo jogava no Real Madrid. O antigo internacional português – que chegou a pensar tornar-se acionista, mas nunca o fez – foi o rosto do banco entre 2000 e 2009. Por um primeiro contrato de cedência da sua imagem (até 2002), recebeu 250 mil euros. Pelo segundo, até 2006, embolsou quatro anuidades de 125 mil euros (total: 500 mil). Era a altura em que o ex-jogador dizia, nos anúncios publicitários, "se este fosse o meu negócio eu apostava na conta BPN Negócios"... sem que se suspeitasse do futuro do banco.

Porém, desde então, tudo correu mal ao banco (que até foi sócio-fundador e mecenaz da Fundação Luís Figo, criada em 2003) e a José Oliveira e Costa (que liderou, des-

de o início e até dezembro de 2008, o Conselho Fiscal da fundação). O último contrato de publicidade assinado pelo jogador (a 400 mil euros anuais, de 2007 a 2009) já não foi completamente cumprido. Figo ainda

recebeu a primeira anuidade. Mas depois rebentou o escândalo BPN e 2008 e 2009 ficaram por pagar.

O antigo futebolista recorreu à justiça, exigindo as duas anuidades (800 mil euros) mais juros de mora (cerca de 50 mil). Porém, o Tribunal Judicial de Lisboa e, depois, o Tribunal da Relação entenderam que o diferendo deveria ser resolvido em tribunal arbitral, como estipulava o contrato. E, assim, o caso continua por resolver. "Fiz o trabalho que estava estipulado no contrato, mas não me pa-

garam. Foi um contrato assinado de livre vontade e, por isso, confio que se vai fazer justiça", dizia Figo, numa entrevista, no final do ano passado.

## Scolari, Madaíl e a Federação

Tirando esta declaração, o artigo n.º 7 da seleção nacional tem sido parco em palavras sobre o BPN. Miguel Macedo, agente e representante dos direitos de imagem do ex-jogador, garantiu ao DN que ele não queria falar do assunto. Afinal, a sua imagem também tinha ficado abalada com o caso.

Principalmente, no decurso do julgamento do processo BPN, no ano passado, quando se descobriu que tanto os contratos de imagem do ex-futebolista como os do antigo seleccionador, Luiz Felipe Scolari, com o BPN foram pagos através de uma sociedade *offshore*, a Jared Finance, que fun-

O antigo futebolista recorreu à justiça exigindo os 800 mil euros e juros de mora

## LIGAÇÕES AO FUTEBOL



### NEGÓCIOS COM AGENTES

► **O BPN-Créditus**, do Porto, emprestou dinheiro à Internacional Foot – empresa dos agentes de jogadores Nelson Almeida (que trouxe Hulk (na foto) para Portugal) e Rui Neno (que representou Bosingwa e Bruno Alves) –, que terá servido para comprarem o Corinthians Alagoano (emblema brasileiro de onde saíram Deco e Pepe). Anos depois, os empresários venderam o clube ao empresário António Araújo.

### EMPRÉSTIMOS A CLUBES

► **A teia de interesses** futebolísticos do BPN não se esgotava no seio da Federação Portuguesa de Futebol e das suas estrelas mais sonantes, como Luís Figo e Luiz Felipe Scolari. Através da sua filial nortenha, o banco concedeu créditos a vários clubes, como o Boavista, o Beira-Mar, a Oliveirense e o Leça. Neste último caso, os créditos foram concedidos numa situação confusa que implicou a hipoteca do estádio do clube matosinhense.

### PROBLEMAS À BEIRA-SADO

► **O V. Setúbal** esteve ainda mais em foco. Além de ter sido patrocinado pelo banco (que apoiou as primeiras edições da Taça da Liga), o clube do Sado esteve envolvido em acusações de fugas ao fisco (pagava "por fora" ao então seu treinador Jorge Jesus)... das quais apagava o rasto através da Plafin (do grupo SLN). E a troca de terrenos para a construção de um novo estádio, no Vale da Rosa, também levanta suspeitas.





GRANDE INVESTIGAÇÃO

O ex-selecionador nacional Luiz Felipe Scolari também deu a cara pelo BPN e recebeu quase 800 mil euros da 'offshore' Jared

A Federação Portuguesa de Futebol tinha relações próximas com a SLN, da qual o ex-presidente Gilberto Madaíl chegou a ser acionista

O V. Setúbal e outros emblemas do futebol nacional também estiveram envolvidos em negócios com o BPN



CARLOS LAMEIRA/GLOBALIMAGES

cionava como "saco azul" da Sociedade Lusa de Negócios (SLN).

O objetivo, segundo o inspetor tributário ouvido em tribunal, seria que ambas as partes não declarassem os valores ao fisco. Figo, que então tinha domicílio fiscal em Espanha, recebeu duas *tranches* - uma de quase 125 mil euros e outra superior a 261 mil - na sua *offshore* Luna Star. Já Scolari embolsou quase 800 mil euros.

De resto, além de ter sido o rosto publicitário do banco, o treinador brasileiro foi outra personagem principal da ligação do BPN ao mundo do futebol. Durante largos anos, o banco de Oliveira e Costa foi um parceiro privilegiado da Federação Portuguesa de Futebol (FPF). A ponto de se ter responsabilizado por pagar um terço do salário de Scolari na seleção.

Ao mesmo tempo, o então presidente da FPF, Gilberto Madaíl - velho conhecido de

Oliveira e Costa, seu parceiro nas hostes azeirenses do PSD -, também foi acionista da SLN. O líder federativo investiu no projeto durante um aumento de capital social, em 2000. Mas, tal como Dias Loureiro ou José Roquette, foi um dos investidores que pagaram as ações a 2,20 euros a unidade, mais do dobro do preço pago pelo presidente do banco (um euro) durante a mesma operação.

De resto, e além de outras polémicas (como a das moedas do Euro 2004, *ver texto à direita*), a Federação também chegou a ter dinheiro "preso" na Sociedade Lusa de Negócios, depois do rebenotar do escândalo. Eram 2,5 milhões de euros. O valor acabou por lhe ser restituído no verão de 2010, sendo transformado em aplicações financeiras da Caixa Geral de Depósitos, com o aval do Estado.

RUI MARQUES SIMÕES

'ESTRELAS' DO FUTEBOL

Da intitulada "geração de ouro" do futebol português, Luís Figo não foi o único elemento com ligações ao Banco Português de Negócios. João Pinto também teve dinheiro numa conta *offshore* do banco nas Ilhas Caimão, mas tirou-o antes do rebenotar da crise. E a instituição bancária também tentou vender ações a "estrelas" como Paulo Sousa, Rui Costa e Sá Pinto, mas o negócio não chegou a avançar.

VIEIRA... E VALE E AZEVEDO

O Benfica tem o cadastro limpo. Mas o seu atual e um dos antigos presidentes também foram conotados com o "caso BPN". O atual, Luís Filipe Vieira (*na foto*), foi investigado devido a uma alegada burla, relacionada com os seus negócios fora do futebol (mas não chegou a ser constituído arguido). O caso de João Vale e Azevedo, agora foragido em Inglaterra, é diferente: terá ajudado a forjar garantias que permitiram burlar o BPN.

Moedas do Euro 2004 quase foram fundidas e agora são do Estado

Miguel Cadilhe chamou-lhes um dos "ativos extravagantes" do Banco Português de Negócios (BPN). Celebravam "o golo", "a paixão", enfim, "a festa" do futebol... mas tiveram um fim pouco festivo. De mais de seis milhões de moedas de ouro e prata comemorativas do Campeonato Europeu de futebol, organizado por Portugal em 2004, cinco (no valor aproximado de 40 milhões de euros) acabaram por nunca ser vendidas. Com a nacionalização, acabaram nos cofres do Estado. Estiveram para ser fundidas... mas por lá continuam.

Era um dos ativos mais peculiares do BPN, tal como as coleções de pinturas do espanhol Joan Miró (*ver páginas anteriores*) ou de arte pré-histórica. O banco, principal parceiro bancário da Federação Portuguesa de Futebol e do Euro 2004 (a sede da organização da prova ficou num edifício lisboeta propriedade do banco), associou-se à competição desportiva emitindo duas séries de moedas de coleção. Uma tinha três moedas sobre "os valores do futebol" - "futebol é festa", "futebol é paixão", "futebol é desportivismo". Outra, três sobre "o espetáculo do futebol" - "a defesa", "o remate" e "o golo".

Quase derreteram "a festa" e "a paixão"

O *design* (a moeda "futebol é festa", por exemplo, tinha uma bola e bandeiras ao vento) ou o valor da coleção parecem não ter entusiasmado os fãs da numismática, pois a grande maioria das moedas não chegou a sair dos cofres do BPN. Cinco milhões delas (40 milhões de euros, ao valor facial de oito euros por moeda) acabaram nos cofres do Estado. E não estarão no espólio que passou para o Banco BIC, na recente privatização.

Aliás, a fundição chegou a ser o destino traçado para as moedas - a grande maioria em prata corrente, pois as de ouro (dez mil) ou prata (15 mil) com acabamento *proof* foram quase todas vendidas ou oferecidas a convidados ou voluntários do Campeonato Europeu de futebol. Porém, devido a algumas reservas legais e não só (fundidas, as 70 toneladas de metal não valeriam mais de 20 milhões de euros), isso não aconteceu. E, assim, "a festa" ou "a paixão" não foram derretidas.

No final de contas, quem ganhou com isto? Talvez a Federação Portuguesa de Futebol, que terá recebido 25 milhões de euros: 50% do diferencial entre o valor facial das moedas, 58,8 milhões de euros, e os correspondentes custos de produção. R.M.S.



'A Defesa'

Reverso composto por um rosto e umas mãos a agarrar uma bola de futebol, simbolizando a figura do guarda-redes.



'Futebol é Paixão'

Reverso composto por uma profusão de corações, simbolizando a emoção dos espectadores.



'O Remate'

Reverso composto por uma cabeça de um jogador a rematar uma bola de futebol, enquadrado pela emoção de um estádio de futebol.



'O Golo'

Formas, que se assemelham a corações, sugerem a explosão emocional do golo no reverso desta moeda.



'Futebol é Desportivismo'

No reverso, uma superfície formada pela repetição da expressão "Fair Play", numa alusão ao comportamento-padrão a ser seguido.



'Futebol é festa'

O reverso é composto pelo logótipo oficial do Euro 2004, uma bola de futebol e inúmeras bandeiras.



ESCÂNDALO  
BPN



Além das empresas que constam dos relatórios oficiais dos grupos, existem mais 75 sociedades 'offshore'

39 É o número de empresas que a Galilei perdeu nos últimos três anos

GALILEI (EX-SLN)

SLN NT, SGPS, SA (TECNOLOGIAS)

- Seac Banche
- Seac Banche International
- 7Comp
- NLS
- Datacomp
- Bizfirst
- Siresp
- Easy Quick
- Yellow

Multiauto Galilei, SGPS, S.A. (RETALHO AUTOMÓVEL)

- Motorgest
- Multiauto Trading
- Coimbracar
- Garagem Lopes
- Multiauto
- Multiauto Rent
- Motorluz
- Assessor
- Évoracar
- Motorex
- Maxicar
- Sorel, SGPS

Galilei Investimentos, SGPS, SA (HOTELARIA E TURISMO)

- Lustradema
- Turivisa
- Animacorpus
- Turiscaramulo
- Santa Maria Park Hotel
- Worldrest

Galilei Saúde, SGPS, SA (SAÚDE)

- British Hospital XXI
- SGFRMSUL
- Cedima
- IMI (e participadas)
- BMC
- Microcular
- Gp Saúde Serviços e Gestão
- Lisboa UK Hospital SMN
- Hospital do Lidador
- Clínica do Porto
- Clínica de Braga

Pleiade, SGPS, SA (INDÚSTRIA E SERVIÇOS)

- Inapat
- SPPM
- VSegur
- Complementus
- Serviplex
- Limpeque
- Sinase
- PetDest
- Geslusa
- Vartec
- CNE

Partinvest, SGPS, SA (AGRO-ALIMENTAR)

- Sac Varosa - Murganheira
- Tapada do Chaves
- Caves
- Vinatda
- Castânia
- Geosil
- Sortegel

Galilei Imobiliária, SGPS (IMOBILIÁRIO)

- Socenta
- Pluriholidays
- Turigon
- Brick & Sand
- Morais & Cabral
- Marinaport SGPS, S.A.
- Foz Garden
- Nauinvest
- Planmediação
- Finalgarv, SGPS
- Turifenus
- Monte Qta Club
- House Mirror
- Brick & Sand
- 4M - Soc. Médica

Galilei Internacional, SGPS, SA (INTERNACIONAL)

- Gamboia
- Al Borada
- Oahleigh Holdings
- Act
- SLN Cabo Verde
- ACREP
- CNA
- Simoinvest

# Universo BPN e Galilei vistos ao telescópio

**Radiografia** Desde a nacionalização que houve uma autêntica razia nos grupo BPN e Galilei (ex-SLN), separados desde novembro de 2008. No conjunto dos dois grupos foram alienadas, desde o final de 2008 até agora, 121 empresas ou participações. No grupo Galilei, entre empresas vendidas e que fecharam as portas, contam-se 39. Já no grupo BPN são 82 as empresas que deixaram de fazer parte deste universo, a esmagadora maioria da área não financeira. A recente venda do Banco Português de Negócios ao BIC voltou a alterar a última composição oficial do grupo BPN, uma vez que as empresas e as participações não vendidas ao banco angolano foram integradas nas sociedades-veículo criadas pelo Governo

GRANDE INVESTIGAÇÃO

**Galilei centrou o seu 'core business' nas atividades não financeiras; BPN dividiu-se entre BIC e Estado**

**82** É o número de empresas ou participações que o grupo BPN alienou

**Acionistas da Galilei queixam-se de que divisão do grupo, no âmbito da nacionalização, foi feita mal e à pressa**

**BANCO PORTUGUÊS DE NEGÓCIOS**

**NACIONAL**

**INTERNACIONAL**

**Seguros**

- Real Seguros
- Nossa
- NSeguros
- E.N. Sak. Forsakring
- AVS
- Solução
- Real Vida Seguros, S.A. 100,0%**
- Lusitânia

**Financeiras**

- Fincor, SGPS
- Fincor Soc. Corretora
- Banco Efisa, S.A. 100,0%**
- BPN Crédito, IFIC, S.A. 100,0%**
- BPN Gestão Activos, SGFIM, S.A. 100,0%**
- BPN Imofundos - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário, S.A. 100,0%**
- BPN Internacional, SGPS, S.A. 100,0%**
- BPN Madeira, SGPS, S.A. 100,0%**
- BPN Participações Financeiras, SGPS, Lda 100,0%**
- BPN Serviços ACE 95,0%** (83,4%, em 2008)
- Parparticipadas, SGPS, S.A. 100,0%**
- Rentilusa

**Não financeiras**

- Astroimóvel, S.A. 100,0% Banco África Ocidental (16,6%)
- BPN Conservador - Fundo de Inv. Aberto de Obrig. a Taxa Variável (90,7%)
- BPN Diversificação - Fundo Especial de Investimento Aberto (100,0%)
- BPN Imomarinas - Fundo de Investimento Imobiliário Fechado (100,0%)
- BPN Imonegócios - Fundo de Investimento Imobiliário Aberto (99,1%)
- BPN Imoreat - Fundo de Investimento Imobiliário Fechado (94,6%)
- BPN Real Estate - Fundo de Investimento Imobiliário Fechado (50,0%)
- BPN Tesouraria - Fundo de Inv. Aberto de Tesouraria (28,1%)
- Calzeus - Calçado e Acessórios de Moda, S.A. (89,9%)
- Candal Parque, S.A. (100,0%)
- Cartife, S.A. (86,7%)
- CELF SGPS, S.A. (20,0%)
- Censosf - Centro de Saúde Ocupacional de S. Francisco, S.A. (70,0%)
- CHSF - Centro de Cardiologia de S. Francisco, S.A. (100,0%)
- CHSF - Centro de Imagiologia, Lda (100,0%)
- CHSF - Consultoria de Gestão, Lda (100,0%)
- CHSF - Health Club, Lda (100,0%)
- CLIP Multi-Strategy (100,0%)
- Cofipor, SGPS, S.A. (79,0%)
- Concretope, S.A. (96,0%)
- Controlauto Açores Lda, (40,0%)
- Controlauto, S.A. (40,5%)
- Ecoléria - Ecografia de Leiria, Lda (100,0%)
- Equigerax (0,9%)
- Etoile Lusitana, S.A. (80,0%)
- Famigeste 2, SGPS, S.A. (10,0%)
- FCR Banco Erisa (30,0%)
- Fundo AXA FCP Outperformance (3,4%)
- Imagran - Laboratório de Imagiol. da Marinha Grande, Lda (90,0%)
- Imatis - Meios de diagnóstico de Imagiol. de Leiria, Lda (60,0%)
- ImoSocial - Fundo de Investimento Imobiliário (9,2%)
- Investimentos Dominiais Anglo Portugueses, S.A. 100,0%
- Iteuve Portugal, Lda. (100,0%)
- Luslaves, SGPS, S.A. (5,0%)
- Luso Carbon Fund (3,1%)
- Miguel Rangel, S.A. (55,0%)
- Monte da Quinta - Propriedades, Lda (100,0%)
- Nascimento & Sousa, Lda (90,0%)
- New Energy Fund (6,0%)
- Nexpart, SGPS, S.A. (1,6%)
- Pasto Real (12,3%)
- Pay Up Desenvolvimento de Negócios, S.A. (80,0%)
- Polímalia, SGPS, S.A. (25,0%)
- Portalmimar, S.A. (19,0%)
- PR&A Investimentos, SGPS, S.A. (26,1%)
- Precore II, S.A. (50,0%)
- Quaternaire Portugal - Consultoria para o Desenvolvimento, S.A. (18,4%)
- SIBS - Forward Payment Solutions (0,4%)

- SLN - Sociedade Lusa de Negócios, SGPS, S.A. (1,5%)
- SMN, S.A. (21,2%)
- Sobrisul, S.A. (50,0%)
- SRE, S.A. (15,0%)
- TBZ, S.A. (50,0%)
- Unicre - Instituição Financeira de Crédito, S.A. (0,3%)
- Wellness Spa Center, S.A. (45,4%)
- Zenrega - Unipessoal, Lda (100,0%)
- Adrave - Agência de Desenvolvimento Regional do Vale do Ave, S.A. 6,4%**
- AMB, SGPS, S.A. 11,0%**
- BPN Ações Europa - Fundo de Investimento Aberto 11,2%** (80,9%, em 2009)
- BPN Ações Global - Fundo de Investimento Aberto de Ações Internacionais 8,4%** (78,9%)
- BPN G.A. Valorização Patrimonial - Fundo de Capital de Risco 19,8%** (94,1%)
- BPN Imoglobal - Fundo de Investimento Imobiliário Fechado 10,1%** (83,1%)
- BPN Optimização - Fundo de Investimento Aberto Misto de Obrigações 22,5%** (87,8%)
- BPN Taxa Fixa Euro - Fundo de Investimento Aberto de Obrigações de Taxa Fixa 44,4%** (48,8%)
- BPN Valorização - Fundo de Investimento Aberto Misto de Ações 30,5%** (47,4%)
- Centro Hospitalar de S. Francisco, S.A. 5,9%** (51%)
- CoimbraVita - Agência de Desenvolvimento Regional, S.A. 11,1%**
- Efisacar - Aluguer e Comércio de Bens Móveis, S.A. 18,8%**
- Entigere - Entidade Gestora da Rede Multiserviços, S.A. 10,0%**
- Ergorent - Aluguer e Comércio de Equipamentos e Serviços, S.A. 20,0%**
- Fund Box - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário, S.A. 9,9%**
- Galilei, SGPS, S.A. 1,7%**
- Inegi - Instituto de Engenharia Mecânica e Gestão Industrial 3,0%**
- InovCapital - Sociedade de Capital de Risco, S.A. 0,0%**
- Locageste - Aluguer e Participações, Lda 20,0%**
- Lugab - Gestão e Participações, S.A. 25,0%** (70%)
- Mercapital - Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado 0,5%**
- Nearent - Aluguer e Comércio de Equipamentos, S.A. 20,0%**
- PME Investimentos - Sociedade de Investimentos, S.A. 0,0%**
- Schoolgest, SGPS, S.A. 16,0%**
- Sensorent - Aluguer e Comércio de Equipamentos e Serviços, S.A. 18,0%**

**Financeiras**

- BPN Brasil Banco Múltiplo, S.A. 100,0%**
- BPN Cayman 100,0%**
- BPN Crédito Brasil Promotora de Vendas, Ltda 100,0%**
- BPN IFI, S.A. 100,0%**
- BPN Participações Brasil Ltda 93,7%** (80%, em 2008)

**Não financeiras**

- ALC Leasing, S.A.R.L. (36,0%)
- Banco África Ocidental (16,8%)
- Crossco (738) Ltd (52,1%)
- Disperfum, S.L. (14,2%)
- Greencyber (12,1%)
- Infrastructure Growth Capital Fund (0,3%)
- Leverage India Fund, LLC (3,3%)
- Logix Technopark (7,9%)
- Mindteck India, Ltd (3,2%)
- Moçambique Companhia de Seguros (4,5%)
- Pay Up Holding BV (80,0%)
- Pay Up Ibéria, S.A. (100,0%)
- Pay Up Polska, S.A. (51,0%)
- Pay Up Romania, S.A. (100,0%)
- Pay Up Servia (100,0%)
- Tecneira Moçambique, S.A. (60,0%)
- Velmax (8,0%)
- Visa Inc. - Class C (0,3%)
- Acacia Real Estate Limited (Acacia - BV) 1,7%**
- African Leasing Company mbique, S.A. 36,0%**
- BPN Crédito Brasil Promotora de Vendas, Ltda 100,0%**
- CGM - Compras em Grupo Moçambique, S.A.R.L. 18,2%** (48,2%)
- Fenton Ventures & Resources INC 30,0%**
- Investment & Credit Holdings, LLC 9,5%**
- Nearent Ibérica, S.L. 20,0%**
- Payshope Moçambique S.A.R.L. 20,0%**
- SIBS - Forward Payment Solutions 0,4%**
- SWIFT - Society for Worldwide Interbank Financial Telecommunication 0,6%**
- VISA INC. - CLASS C 0,0%**

**LEGENDA:**  
 Texto a azul - Empresas que existiam em 2008/2009 (altura da nacionalização) e que foram alienadas  
 Texto a negro - Empresas que existem atualmente  
 (Percentagens a azul) - valores relativos a 2008/2009  
 Percentagens a negro - valores atuais  
 - Empresas que pertenciam/pertencem simultaneamente ao BPN e à Galilei



ESCÂNDALO  
BPN



“

*Situação das empresas, de todas, era catastrófica, (...) muitas felizmente tinham e têm potencial”*

“

*[Relação com a CGD/BPN foi] a melhor possível, considerando as circunstâncias”*

AMANHÃ

A supervisão do Banco de Portugal e as Comissões de Inquérito

## ENTREVISTA: FERNANDO LIMA

Presidente do grupo Galilei (ex-SLN)



MILNO PRATO FERNANDES/GLOBALIMAGES

O mandato de Fernando Lima termina este mês e uma assembleia geral de acionistas vai decidir a sua continuidade

**Recuperação** Presidente da Galilei acredita que é possível revitalizar grupo que passou a liderar em fevereiro de 2009. Sucessor de Miguel Cadilhe chegou à liderança da SLN já após a nacionalização, processo que diz ter significado um “prejuízo efetivo” para o grupo. Diz que encontrou um “caos” no grupo e que Estado ficou com empresas que não devia

# “Encontrei o caos com indícios de aspetos fraudulentos”

**Quando chegou à Galilei, que cenário encontrou?**

A melhor descrição é a de caos, com todos os indícios de este ter aspetos fraudulentos. É, e já era sabido, pelos indícios dos processos em investigação, que muitas das situações existentes no grupo prefiguravam atropelos à lei.

**Havia processos judiciais pendentes?**

Sim, já estavam em curso investigações, e processos levantados, quer a nível administrativo quer a nível judicial.

**A Galilei foi prejudicada com a nacionalização do BPN?**

A nacionalização, tal como a privatização, foram atos de eminente escolha política, decididas por quem, em cada altura, tinha que fazer escolhas a esse nível. A Galilei, as empresas suas participadas, a maioria dos seus acionistas e a esmagadora maioria dos seus colaboradores foram muito prejudicados antes da nacionalização. Com este

ato, podemos afirmar que houve “danos colaterais”, provocados pelo caos que era a organização do grupo.

**Qual foi o critério de divisão de “sociedades” utilizado?**

O da detenção do capital social.

**Admite que o processo foi confuso?**

Sem dúvida, e causador de prejuízo efetivo para a Galilei, nos tais “danos colaterais”, quer pela perda de tempo em resolver *a posteriori* aquilo que seria mais fácil tratar de raiz quer por separar unidades que apenas fazia sentido funcionarem numa lógica de complementaridade de rede.

**Como classifica a relação entre a Galilei e a equipa do BPN/CGD após a nacionalização?**

A melhor possível, considerando as circunstâncias, e boa, no geral.

**Há quem considere que a Galilei ficou com a “parte boa” e que o Estado naciona-**

**lizou a “parte má”. Concorda com esta análise?**

Só o desconhecimento ou a má-fé poderão levar alguém a fazer este retrato maniqueísta. A situação das empresas, de todas, era simplesmente catastrófica, independentemente de se tinham ou não potencial, e muitas felizmente tinham-no e têm-no. Contudo, todos os balanços estavam esgotados e as relações interempresas e empresas/grupo criaram situações que só não foram insustentáveis graças ao esforço e à dedicação da referida esmagadora maioria de colaboradores e, também, da compreensão de muitos dos acionistas e restantes *stakeholders*.

**Há algo que tenha passado para o Estado que deveria ter ficado no grupo Galilei e vice-versa?**

Apenas como exemplos, a Fincor, ou o Centro Hospitalar de S. Francisco. Ou, ainda, o sistema de pagamentos NetPay. (*ver in-*

*fografia nas páginas anteriores)*

**A Galilei é viável ou um dia terá de fechar portas?**

Todos os dias, eu, a minha equipa e cerca de mais duas mil pessoas trabalhamos, apesar das dificuldades, da melhor forma que sabemos e podemos, para manter viável o grupo, a maioria, se não todas as empresas, num processo de salvaguarda de postos de trabalho e de criação de riqueza para o País.

**Quando crê que a Galilei possa começar a dar lucro?**

A depressão em que mergulhou a economia portuguesa inviabilizou que isso acontecesse no horizonte temporal previsto. Sem uma visão clara quanto à data em que Portugal saia da recessão, é difícil fazer essa previsão. O que sei é que, nessa altura, teremos um conjunto de projetos imobiliários prontos a ser lançados e com enorme potencial, que o sector automóvel estará reestruturado e organizado para poder responder a um previsível grande aumento da procura, que a área da saúde continuará a ser um dos projetos economicamente mais viáveis em Portugal e que o grupo recolherá os frutos dos seus projetos internacionais.

**Sente que tem a confiança dos acionistas e que na Assembleia Geral deste mês será reconduzido à frente da Galilei?**

Entre por vontade dos acionistas, sempre senti o seu apoio, a todos estes presto contas e, para o futuro, mantenho a postura que sempre tive na minha, já longa, vida profissional como gestor: estarei até que os acionistas me queiram e nunca enquanto me tolerarem.

**Para que exista uma verdadeira radiografia do grupo, disse ao *Diário Económico* que está a ser feito um levantamento em conjunto com a Parvalorem. Sabe quantas *offshores* estão em causa?**

Setenta e cinco.

**Quando estará este processo concluído?**

É nossa vontade que ele seja concluído o mais depressa possível, mas não podemos esconder que este é um processo de enorme complexidade. Convém não esquecer que estas empresas foram os principais veículos para o conjunto de situações que deram origem a processos judiciais e a investigações em curso.

**Como são as relações entre a Galilei e a Parvalorem?**

A administração da Parvalorem é a que transitou do BPN privatizado e, por isso, as relações são genericamente boas. No entanto, esperamos que o desenvolvimento das relações possa ser mais positivo do que aquilo que aconteceu neste período de transição da privatização do BPN.

**Considera ter conseguido transformar a Galilei num grupo credível?**

De acordo com as repercussões externas e internas que tenho tido, julgo que o grupo Galilei hoje é credível. No entanto, ninguém é bom juiz em causa própria.

**De que forma acompanhou a venda do BPN ao BIC?**

Como cidadão interessado.

# Cavaco Silva reage com comunicado a notícia do DN

**Reação.** Cavaco reagiu ontem à Grande Investigação que o DN está a publicar sobre o escândalo BPN. O Presidente da República colocou um comunicado no 'site' da Presidência rebatendo alguns dos textos publicados sobre as suas relações com o banco, através da sua proprietária, a Sociedade Lusa de Negócios (SLN), e também sobre os impostos da compra da casa de férias no Algarve. A reação presidencial chegou depois de o DN ter tentado, por todos os meios, obter esclarecimentos do Presidente da República sobre as matérias em causa, antes da publicação desta série de artigos

Cavaco Silva volta a reafirmar que não tinha ligações ao BPN. O DN escreveu que Cavaco Silva comprou e vendeu ações à SLN e não ao BPN. Sobre o não pagamento de imposto na permuta da casa de férias, Cavaco Silva diz estar "mesmo convencido que pagou mais do que lhe competia pagar". O DN refere que a lei é clara: quando há uma permuta de igual valor, como aconteceu neste caso e como consta da escritura a que o jornal teve acesso, não há pagamento de qualquer imposto por não existirem mais-valias. Cavaco, em fevereiro de 2011, também através de comunicado, que por lapso o DN não referiu, afirmou ter pago mais de 8 mil euros de imposto. Tal situação só pode justificar-se por ter havido da parte das finanças uma avaliação superior ao valor da compra do imóvel (137 mil euros) — o que não está ainda cabalmente esclarecido e que publicaremos logo que essa informação estiver disponível.

Sobre os restantes temas, a Presidência da República foi contactada pela primeira vez pelo DN no dia 19 de abril. Após falar, via telefone, com o Gabinete de Comunicação, os responsáveis de Belém solicitaram que fosse enviado um e-mail com as questões a que o jornal pretendia que Cavaco respondesse. O mesmo foi feito ainda nesse dia. Além de várias perguntas, foi dada a indicação de que o prazo para uma resposta útil seria 24 de abril, cinco dias depois. Embora não tenha chegado qualquer resposta no prazo estipulado, o DN voltou a insistir no dia 26. Do gabinete de comunicação da Presidência disseram apenas: "É do DN? Já lhe ligamos!". Não houve nova chamada. Apesar disso, no dia 27 — último dia útil antes da saída do trabalho, oito dias depois do primeiro contacto —, o DN voltou a insistir com a Presidência, que apenas disse não ser possível dar informações, uma vez que "o assessor de imprensa se encontra com o Presidente". Ao longo destes dias o DN procurou o contraditório e deu tempo para a resposta, mas Cavaco Silva optou pelo silêncio. Hoje reagiu através do seguinte comunicado:

**A Presidência da República procede à divulgação do seguinte Comunicado:**  
"No Diário de Notícias de ontem, domingo,

## SLN/BPN

**O Presidente afirma que nunca comprou nem vendeu nada ao BPN, mas comprou e vendeu ações da SLN, que era na altura a sociedade proprietária do BPN. Foi isso o que o DN escreveu de forma rigorosa. Mesmo perante documentos com a sua assinatura, o Presidente continua a não assumir que comprou e vendeu ações do BPN por intermédio de Oliveira e Costa.**

29 de abril de 2012, são feitas várias afirmações e insinuações visando, todas elas, associar o nome do Presidente da República ao BPN.

São afirmações e insinuações falsas, que põem em causa a verdade e que ofendem a honra do Presidente da República.

A Presidência da República reafirma, na íntegra, o teor dos dois Comunicados por ela emitidos em 23 de novembro de 2008 e em 1 de fevereiro de 2011, respetivamente.

**I.1.** O Prof. Aníbal Cavaco Silva, no exercício da sua vida profissional, antes de desempenhar as atuais funções (nem posteriormente, como é óbvio):

- a) nunca exerceu qualquer tipo de função no BPN ou em qualquer das suas empresas;
- b) nunca recebeu qualquer remuneração do BPN ou de qualquer das suas empresas;
- c) nunca comprou ou vendeu nada ao BPN ou a qualquer das suas empresas;
- d) nunca contraiu qualquer empréstimo

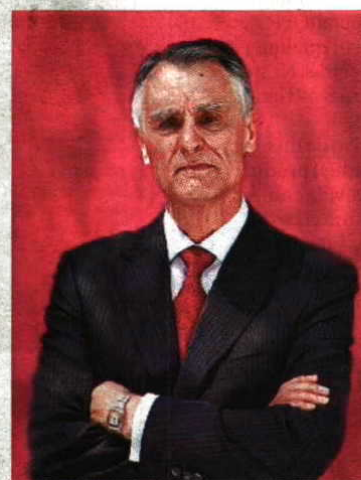
junto do BPN

**I.2.** O Prof. Aníbal Cavaco Silva e a sua mulher, num quadro de diversificação de riscos que a ciência económica recomenda, têm, há muitos anos, a **gestão das suas poupanças** entregue a vários bancos — quatro, atualmente —, conforme consta, discriminado em detalhe, na Declaração de Património e Rendimentos entregue ao Tribunal Constitucional.

**I.3.** De dezembro de 2000, isto é, mais de cinco anos antes de assumir o cargo de Presidente

da República, até junho de 2009, o BPN foi um dos bancos que geriu parte das poupanças do Prof. Cavaco Silva e da sua mulher, tendo, ao longo desse tempo, variado as aplicações financeiras por ele realizadas.

**I.4.** Contrariamente ao que tem sido afirmado, as aplicações feitas pelo conjunto dos bancos das poupanças do Prof. Cavaco Silva e de sua mulher não se têm traduzido em ganhos,



mas sim em perdas, como aliás é fácil de concluir através da Declaração de Património e Rendimentos depositada no Tribunal Constitucional.

**II.** Por outro lado, o Diário de Notícias, naquela mesma edição, insinua que o Prof. Cavaco Silva não terá pago o Imposto Municipal de Sisa na aquisição da sua atual residência familiar de férias, no Algarve. É falso. O Prof. Cavaco Silva está mesmo convencido que pagou mais do que lhe competia pagar, porque tem seguido, até aqui, a prática de não reclamar das liquidações feitas pela Administração Fiscal.

Em julho de 2008, isto é, cerca de oito anos antes de assumir o cargo de Presidente da República, o Prof. Cavaco Silva permutou a sua anterior residência de férias por um prédio em toscar, situado noutra local, tendo depois efetuado, a suas expensas, muitas obras adicionais para concluir o prédio e torná-lo habitável.

Da escritura pública de permuta consta expressamente o pedido prévio à Administração Fiscal para que fosse liquidado o imposto de **Sisa**, então em vigor.

Conforme consta da Nota Informativa da Presidência da Repú-

blica de 1 de fevereiro de 2011, tratou-se de uma transação perfeitamente legítima e transparente, idêntica a milhares de outras, enquadrada seja pelo Direito Civil seja pelo Direito Tributário.

**III.** Pretende ainda o Diário de Notícias estabelecer **ligações especiais** entre o Prof. Cavaco Silva e cidadãos que exerceram atividades profissionais no BPN ou em alguma das suas empresas, pelo simples facto de terem feito parte de governos por ele presididos. Esclarece-se que fizeram parte dos Governos presididos pelo Prof. Aníbal Cavaco Silva 160 pessoas, as quais, como explicado na sua *Autobiografia Política, Volume I*, nunca foram escolhidas por critérios de amizade ou conhecimento pessoal — tendo até a escolha dos secretários e subsecretários de Estado sido, em regra, atribuída aos respetivos ministros — e cujas atividades posteriores ao exercício de funções governativas não podem, obviamente, ser conotadas, direta ou indiretamente, com o Professor Cavaco Silva.

Lisboa, Palácio de Belém,  
30 de abril de 2012

## NOTA DE DIREÇÃO:

O Diário de Notícias tem o maior respeito pelo Presidente da República e pela pessoa de

Cavaco Silva. Todos os órgãos de soberania nacional, dos quais o Presidente é a primeira figura, nos merecem tratamento institucional adequado. Mas todas as instituições, e quem as representa, estão sujeitas ao escrutínio da opinião pública expressa através do jornalismo de investigação e de referência de que o DN é um representante. É assim em

Portugal e em todo o mundo democrático com liberdade de imprensa. Basta recordar exemplos recentes de notícias sobre o presidente alemão, que levaram à sua demissão, ou as responsabilidades do presidente finlandês, julgadas em tribunal; ou, no passado, os casos de Jacques Chirac e Bill Clinton.

Ontem, depois de ter passado oito dias sem responder às dez perguntas e aos vários contactos que o DN lhe endereçou sobre as várias matérias que o relacionam com o caso BPN, tema da atual Grande Investigação DN, o Presidente demorou cerca de 24 horas a emitir um comunicado sobre aquilo a que antes não respondeu. E cujo conteúdo estaria, obviamente, incluído na parte do trabalho publicado no domingo.

O Diário de Notícias não faz insinuações nem processos de intenção. Procura factos e revela-os à opinião pública.

## Amigos

As "ligações especiais" são palavras do Presidente. Nunca o DN utilizou essa expressão. Limitou-se a relatar factos e estes dizem que alguns envolvidos no caso BPN fizeram parte de Governos de Cavaco (como Oliveira e Costa, fundador e ex-presidente do banco) ou mesmo do seu chamado "núcleo duro" político.

## Sisa

Na escritura de permuta a que o DN aceitou consta que foi feito pedido prévio à Administração Fiscal para que fosse liquidado o imposto. O DN concluiu que não havia pagamento de sisa pois os valores dos bens permutados eram iguais. Mas para efeitos daquele imposto, agora IMT, a avaliação a considerar é feita pelas Finanças. No ano passado, em comunicado, Cavaco disse ter pago 8133,44 euros, que o DN, por erro, não referiu.

**ESCÂNDALO**  
BANCO PORTUGUÊS DE NEGÓCIOS



# CGD tentou comprar BPN nove dias antes da nacionalização

- Cavaco Silva emite comunicado no 'site' oficial da Presidência da República sobre a investigação do DN